

Parecer nº 92/98

Data: 1998.07.29

Processo nº 367

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade reclamada: Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional de Monção, apresentou ao Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 12 de Fevereiro de 1998, um requerimento onde solicitava:
 - a) a reprodução, através de fotocópia, do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional Relativo aos Direitos Civis e Políticos, da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, da Convenção Europeia Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, da Convenção, dos protocolos adicionais e/ou anexos aos instrumentos acima indicados, do Tratado da União Europeia, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Convenção entre os Estados Membros das Comunidades Europeias Relativa à Aplicação do Princípio *ne bis in idem* e do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos;
 - b) a comunicação do endereço do Tribunal Internacional de Justiça, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, do Tribunal de Primeira Instância, do Serviço Jurídico da Comunidade Europeia, da Comissão de Liberdades Públicas e Assuntos Internos, da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego, da comissão das Petições, da Sub-Comissão dos Direitos do Homem, da Comissão Europeia

dos Direitos do Homem, do Comité Contra a Tortura, do Comité dos Direitos do Homem e do Centro de Direitos do Homem das Nações Unidas;

c) a reprodução do conteúdo de Recomendações, Decisões, Pareceres e Resoluções das instituições referidas na alínea anterior que versem sobre os Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais;

d) a reprodução dos Estatutos e Regulamentos dessas mesmas instituições.

2. Não tendo obtido qualquer resposta até 21 de Abril de 1998, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 22 de Abril de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior, nos termos do art. 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA).
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias, previsto no nº 3 do art. 15º da LADA.
4. A CADA está, portanto, em condições de poder apreciar o fundo de cada uma das questões colocadas. Relativamente ao primeiro pedido (cfr. acima a alínea a do ponto 1), esta Comissão limita-se a reafirmar a orientação anteriormente estabelecida nos seus pareceres nº 323, 324 e 325: os documentos sujeitos a publicação obrigatória no *Diário da República*, atentas as características desta forma de publicidade, não se encontram submetidos ao regime de acesso aos documentos administrativos previsto na LADA; consequentemente, não se pode retirar desta lei uma obrigação para a Administração Pública de facultar a reprodução, consulta ou certidão dos diplomas ou documentos que seguem o regime de publicação no jornal oficial. E é isto que acontece com as convenções e instrumentos internacionais cuja reprodução foi solicitada, como se comprova, de resto, pelo facto de o próprio reclamante ter indicado em anexo o número e a data dos *Diários da República* onde podem ser fotocopiados os documentos em causa.

5. Quanto ao segundo pedido (cfr. acima a alínea *b* do ponto 1), pode dizer-se a pretensão expressa pelo reclamante cai fora do âmbito material de aplicação da LADA. De facto, esta lei regula apenas o acesso aos *documentos* da Administração, o que compreende o direito à sua reprodução e, além disso, o direito a ser informado sobre a sua existência e conteúdo. Ora, o pedido de prestação de informações sobre o endereço das instituições mencionadas, em vez de pressupor a pré-existência de um suporte material que documente a respectiva informação, aponta já para a produção e transmissão de uma informação não documental, o que nos afasta decisivamente do âmbito de aplicação da LADA. Isto não significa que semelhante informação não possa, ao abrigo do princípio geral de colaboração da Administração com os particulares (artigo 7º do CPA), ser prestada pela Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais ou por outras instâncias competentes. Significa apenas que a reclamação para a CADA não é a via adequada para a sua obtenção.
6. Finalmente, quanto ao terceiro e ao quarto pedidos (cfr. acima as alíneas *c* e *d* do ponto 1), cabe reafirmar, mais uma vez, a directiva estabelecida no parecer nº 323 desta Comissão: caso tais Estatutos, Regulamentos, Recomendações, Decisões, Pareceres ou Resoluções se encontrem na posse da Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, isso significa que estão naturalmente sujeitos ao regime dos documentos de carácter não nominativo e que, nessa medida, devem ser comunicados ao ora reclamante na forma por este requerida.

Em conclusão:

- 1º A Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais não se encontra obrigada, nos termos da LADA, a facultar a reprodução, através de fotocópia, dos actos ou instrumentos internacionais sujeitos a publicação no *Diário da República*;

- 2º O mesmo serviço também não se encontra obrigado, nos termos da LADA, a prestar informações relativas ao endereço de instituições ou organismos internacionais;
- 3º Este organismo da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais deve comunicar ao ora reclamante, na forma por este requerida, as Recomendações, Decisões, Pareceres, Resoluções, Estatutos e Regulamentos acima especificados, desde que tais documentos se encontrem na posse dos respectivos serviços.

Lisboa, 29 de Julho de 1998

Vasco Almeida (Relator) – José Magalhães - Silva Marques – Narana Coissoró - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)